

II. Deliberações

Câmara Municipal

- 1. Aprovação da ata n.º 63 e nº64 das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de 26 de junho e 08 de julho de 2024, respetivamente.**

XIII MANDATO

ATA N.º 63/2024

Reunião Ordinária Pública de 26 de junho de 2024

Ao vigésimo sexto dia do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, no Auditório da Junta de Freguesia de Palmeira, sito na Rua Belo Horizonte, nº 20, 4700-683 – Palmeira/Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Diogo Rocha Cunha** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Anabela Vieira Ferreira, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas dezoito horas, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Diogo Rocha Cunha**, com o assunto da requalificação do Estádio Primeiro de Maio, lembrando que próximo mês de maio celebraria setenta e cinco anos e lembrou ter sido uma “promessa eleitoral” do atual presidente da câmara. Lembrou que em 2018 o Sr. Presidente da Câmara teria dito que a “obra estaria para breve”, com um investimento de cinco milhões de euros, onde afirmou que esse valor foi subindo para sete e oito milhões, chegando em dois mil e vinte três aos dez milhões euros. Afirmou também, saberem que a alienação do Estádio Municipal poderia ser utilizada pra essa requalificação, mas indicou não “ver” perspetivas para essa alienação do Estádio Municipal, questionado se havia “algo passível para se poder requalificar o Estádio Primeiro de Maio”. Lembrou ainda, tratar-se de um monumento de interesse público e que em dois mil e vinte e um, teria sido admitido pelos deputados do PSD (Partido Social Democrata), que a obra poderia ser apoiada financeiramente pelo Ministério da Cultura. Assim, questionou o executivo se “a promessa de requalificação do estádio era para cumprir e, se sim, quando”. Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara**, afirmou que a requalificação estrutural e todas as melhorias que pretendiam criar no interior do estádio primeiro de maio,

custariam mais de quinze milhões de euros, daí a ligação ao processo de alienação do Estádio Municipal, referindo que o município não teria recursos próprios para um investimento dessa natureza. Afirmou que, além do orçamento da câmara “sem uma injeção de receita externa” ou “financiamento comunitário”, a obra não poderia avançar, pois não teria recursos próprios para suportar um encargo exclusivo dessa natureza. Em resposta ao aumento de valores para requalificação, referiu que estes iriam sendo atualizados em função dos estudos desenvolvidos pela Universidade do Minho. Relativamente à questão feita pelo Vereador Diogo Cunha, sobre o apoio por parte do Ministério da Cultura, o Presidente da Câmara afirmou não poder responder pelo Governo indicando que o executivo de Luís Montenegro estava a gerir um Orçamento que não tinha elaborado, mas admitiu que o Ministério da Cultura poderá apoiar a obra, se tiver disponibilidade financeira. De seguida, tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, para reconhecer que se muitas vezes estavam presentes para dar voz aos cidadãos nas suas necessidades, mas sobre este tema queria dar as saudações ao executivo, pela reconstrução da escola de EB1 de Nogueira e pela qualidade dada agora os alunos que iria marcar a diferença. Afirmou, terem ficado “extremamente satisfeitos” com o resultado. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que questionou o executivo relativamente à Rua General Humberto Delgado, na Freguesia de Tadim, onde teria sido feita uma intervenção em termos de repavimentação, indicando existir um problema estrutural relativamente ao saneamento (transbordar dos esgotos), que não teria sido acautelado nessa intervenção. Afirmou que, a informação dada aos moradores teria sido que não estava prevista qualquer intervenção, questionando assim, se existe a intenção de alguma intervenção e, sim o quê e para quando. Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara**, à questão da Rua General Humberto Delgado, afirmou haver uma clarificação necessária a ser feita pois os moradores estariam induzidos em erro, indicando que o problema não estaria no local onde teria sido feita a pavimentação, referindo que a evidência externa da patologia seria nesse local, mas o problema estaria ligado a uma situação de águas pluviais. Indicou que, essa era a situação que deveria ser intervencionada e em nada interferia com a pavimentação feita na rua. Afirmou também, ser uma situação sinalizada recentemente, indicando estar a ser já estudada pelos serviços municipais, para uma melhor resolução. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que referiu, trazer um conjunto de questões que já viriam de reuniões anteriores. Iniciou com um tema já referido na reunião anterior, o “dito relatório”, referindo saber que ainda aguardava que a APA “diga de sua justiça”. Indicou de seguida, ter uma questão pendente da última reunião relativamente à escola da Sé, onde teria questionado a data prevista para o término das obras e teria ficado por responder na intervenção feita pela Vereadora da Educação, Carla Sepúlveda, em resposta “a pais” que intervieram na reunião de câmara. Questionou, se as obras iriam passar para o início do ano letivo e caso assim fosse, alertou que medidas fossem tomadas antes que ano iniciasse. De seguida, indicou que foi com “alguma perplexidade” que teria percebido, a realização de dois festivais musicais muito semelhantes no mesmo fim de semana, questionando se essa situação não poderia ter sido acautelada, para quem pretendesse assistir, não tivesse de escolher. Por fim, sinalizou uma notícia, uma nota imprensa dada pelo PCP (Partido Comunista Português) à comunicação social, relacionado com a inclusão de um projeto de resolução do PS relativamente ao Plano Ferroviário Nacional, uma proposta para a

realização de um estudo para o percurso Braga -Guimarães de comboio. Indicou, que a CDU teria razão quando apontou que na elaboração do Plano Ferroviário Nacional, não teria havido consideração de nenhum estudo sobre a viabilidade desse percurso, sendo no momento reconhecido pelo Partido Socialista. Indicou, haver também uma responsabilidade de todos os responsáveis políticos que na prática não tivessem feito nada para a resolução. Afirmou, ser uma infraestrutura que consideravam absolutamente necessária fazendo todo o sentido ser integrada no Plano Ferroviário Nacional como linha férrea. Referiu, estarem a aguardar por uma solução que não fosse “tão longa como a decisão do aeroporto de Lisboa”. Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que em resposta ao **Vereador da CDU, Vitor Rodrigues**, na questão colocada sobre as obras da escola da Sé, afirmou que os prazos seriam os que teriam sido indicados e que as obras seriam concluídas no prazo anunciado, até ao final das férias de verão. O início do ano letivo seria retomado dentro da normalidade. Relativamente à sobreposição dos eventos culturais, referiu que não era uma gestão fácil devido aos vários eventos programados para o verão de diferente natureza, indicando que os agendamentos não dependiam do próprio festival, mas também de outros festivais, afirmando não ser “propriamente fácil conciliar todas essas agendas”, acabando por ser aquele o fim de semana alocado ao festival Noroeste, referindo que Braga teria público para todos os eventos apenas teriam de ser feitas escolhas. Pediu a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, para responder ao Vereador da CDU Vitor Rodrigues, relativamente ao “estudo” que o PS teria colocado em cima da mesa. Afirmou que, o PS no caderno de encargos e no processo do compromisso eleitoral assumido com os bracarenses em dois mil e vinte e um, referiu a realização de um estudo e de projetar para uma ligação ferroviária precisamente entre Braga-Guimarães. Afirmou que, “foi algo” que a CDU também teria defendido sempre, considerando justo reconhecer que o Partido Socialista também teria esse objetivo de implementar um estudo que permitisse viabilizar essa medida. Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, para dar uma nota relativamente ao tema da ferrovia, onde referiu que estariam a ser reivindicada a “autoria” da proposta e que no seu entender esta seria “absolutamente extemporânea e desajustada com as necessidades imediatas”. Afirmou que, tudo que fosse desviar do foco do que era verdadeiramente prioritário para Braga como a construção da nova estação e da ligação Porto- Vigo, era criar “fatores de ruído” em relação ao que era verdadeiramente importante para o posicionamento estratégico na região e país.-----

Pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio, foram propostos o seguinte voto de louvor-----

-----Voto de Louvor à equipa feminina de Futsal Sub-17 do Sporting Clube de Braga pela conquista da Taça Nacional, em Futsal, no passado dia 24 de junho. **Aprovado por unanimidade. -----Voto de Louvor** ao atleta Bracarense, **Tiago Leite** que se sagrou Campeão de Solo Dance (Patinagem), na categoria Iniciados, no campeonato Nacional de Dança 100 anos FPP, em Alverca. **Aprovado por unanimidade. -----**

----- **Voto de Louvor** à atleta do **Sporting Clube de Braga, Mariana Maciel**, que conquistou o título de campeã Nacional de Iniciados, na prova de 800m, realizada em Viseu, a 15 de junho. **Aprovado por unanimidade.** -----

-----**Voto de Louvor** ao atleta, **José Abílio Gonçalves, acompanhado por Paulo Correia**, que se sagrou Campeão Nacional Absoluto, em classe BC3, pela terceira vez consecutiva, em prova realizada no palácio dos Desportos de Torres Novas. **Aprovado por unanimidade.** -----

-----**Voto de Louvor** à equipa de **Futebol de Praia do Sporting Clube de Braga**, que se sagrou Campeão Europeu de Clubes, da Euro Winners Cup 2024, em jogo realizado no Estádio do Viveiro – Jordan Santos, Nazaré. **Aprovado por unanimidade.** -----

-----**Voto de Saudação à Associação de Festas de S. João**, pela forma como foi organizada mais uma edição, quer ao nível de programação, animação e todas as componentes e intervenientes. **Aprovado por unanimidade.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----

Para **conhecimento e informação**, foi presente o **resumo da tesouraria, referente ao dia 19 de junho de 2024**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. **Aprovação das atas n.º 61 da reunião ordinária de 27 de maio de 2024. Deliberado aprovar por unanimidade.**-----

2. **Desafetação do domínio público – duas parcelas de terreno na União de Freguesias de Nogueiró e Tenões.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, com vista à consideração da Assembleia Municipal, a desafetação do domínio público municipal de duas parcelas de terreno com a área de 275,00m2 e 28m2, sita junto à Rua da Eira, União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, para posterior alienação ao requerente com vista ao aumento dos lotes 76 e 77, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. O Vereador, Vítor Rodrigues da CDU, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: “*Declaração de voto:* Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 26-06-2024 da Câmara Municipal de Braga. *Ponto 2.*

Desafetação do domínio público – duas parcelas de terreno na União de Freguesias de Nogueiró e Tenões. Sob os mais diversos pretextos, a Câmara Municipal de Braga tem aprovado desafetações de pequenas parcelas e prédios urbanos do domínio público municipal em favor de entidades privadas. Não obstante a pertinência que algumas dessas desafetações possam ter em termos de possibilitar um mais adequado usufruto de tais parcelas, o que tem sido uma constante é tais desafetações incidirem sobre áreas de espaços verdes, que assim o deixarão de ser, sem que exista a devida compensação alhures. Tal leva a uma erosão das áreas de espaços verdes no concelho, o que, atendendo à manifesta falta de espaços verdes qualificados e usufruíveis pelas suas populações, merece a oposição da CDU. Por estes motivos, e como temos feito em várias deliberações sobre tais propostas, a CDU votou contra. O Vereador da CDU, Vítor Rodrigues”. Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Diogo Rocha Cunha, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal aprovação-----

3. **Desafetação do domínio público municipal do prédio urbano designado de Capela de São João Batista.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se à ratificação do Executivo Municipal, a proposta constante no ponto 3º da informação de abertura do procedimento CPI/04/24/DCP - Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara, em 15 de março de 2024 nos termos do disposto no nº 3, do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, onde indicou que o documento instrutório apresentado, referia que esse espaço seria utilizado pela igreja “à mais de três séculos” não compreendendo assim, o porquê da transferência de uma propriedade do domínio público para o domínio privado, sendo dado como motivo justificativo para essa transferência, o fato de “se poupar dinheiro em manutenções”. Afirmou que, todos os equipamentos públicos, todas as propriedades do domínio público tinham um custo relativo à manutenção, não sendo por isso, no entendimento do Partido Socialista, uma justificação de relevante interesse público, para que fosse permitida a desafetação de um edifício público. Referiu que, no seu entendimento deveria funcionar como tinha funcionado até à data, a propriedade mantinha-se no município e a igreja usufruía da mesma forma que sempre usufruiu. Referiu que, se alguma vez houvesse necessidade de doar, aceitaria um protocolo, uma concessão, mas não necessariamente mudar a nominalidade desse equipamento. Afirmou uma vez mais, não ver nenhum interesse público em desafetar esse espaço para conceder um regime de comodato a cinquenta anos renovável. Propôs por fim, que este ponto fosse retirado da agenda para que fosse repensada a forma de gerir este espaço no futuro com a própria diocese. Reforçou que, não viam interesse público nesta desafetação. Em

resposta, o **Sr. Presidente de Câmara**, esclareceu que a realidade não seria a que ambas as partes acreditavam ser e só após se desencadear o processo jurídico, em que ambas as partes acreditavam que a propriedade da capela pertencia à igreja e a propriedade do parque seria do município. Afirmou, não ter sido necessário defender em tribunal a propriedade do parque da ponte, os juízes tinham decidido nas várias instâncias e como resultado dessas de decisões, os tribunais atribuíram à Câmara Municipal, “para lá do que era a nossa expectativa e intenção”, a própria propriedade da capela. Afirmou que, na câmara ninguém teria a intenção de usar a capela se não para o culto religioso. Referiu também, que a duração do contrato seria por esse motivo, pois a natureza da utilização era uma natureza duradoura. Afirmou que, do ponto de vista jurídico seria perfeitamente normal e do ponto de vista do relacionamento das instituições também. Por fim, e após os esclarecimentos feitos indicou que o ponto não seria retirado da agenda. o **Vereador do PS, Artur Feio**, indicou voto contra. De seguida, o **Vereador, Vítor Rodrigues da CDU**, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: “Declaração de voto: Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 26-06-2024 da Câmara Municipal de Braga: Ponto 3. Desafetação do domínio público municipal do prédio urbano designado de Capela de São João Batista. Na análise da CDU, a proposta em apreço não configura a melhor solução para defender o interesse público e permitir que sejam desenvolvidas as atividades adequadas neste espaço. Por um lado, a desafetação do domínio público para o domínio privado do município implica que o prédio em causa deixe de ser inalienável e imprescritível. Por outro, e uma vez que a desafetação se destina a possibilitar a celebração de contrato de comodato com a Arquidiocese de Braga, a CDU entende que o prazo proposto quanto à vigência, que é de 50 anos, é manifestamente exagerado. Tendo em conta o interesse público, a CDU entende que haveria melhores soluções para manter a utilização do espaço e para os encargos dela decorrentes serem devidamente compensados pelos seus utilizadores, sem necessidade de se realizar a desafetação em apreço. Por estes motivos, a CDU votou contra. O Vereador da CDU, Vítor Rodrigues.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, votos contra dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.**-----

4. Hasta Pública do Lote 7 do Parque Industrial de Sobreposta. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de alienação em Hasta Pública do Lote 7 no Parque Municipal de Sobreposta, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação**

Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com abstenção dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues -----

5. Ratificação hasta pública para a exploração de estruturas de bar de venda de bebidas e espaços de Food Truck no euro 2024. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, ratificar o ato praticado pelo Sr. Presidente de conceder, em Hasta Pública, o direito de exploração de estruturas de bar de venda de bebidas e espaços de Food Truck no EURO 2024, nos termos do disposto no artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

6. Pedido de autorização efetuado pelo Sporting Clube de Braga-Futebol SAD para a instalação de unidades de produção para autoconsumo de energia de fonte primária a energia renovável (UPACs) nos prédios propriedade deste Município. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para aprovação, minuta de declaração de autorização, que se anexa, na sequência do pedido efetuado pelo Sporting Clube de Braga-Futebol SAD para a instalação de unidades de produção para autoconsumo de energia de fonte primária a energia renovável (UPACs) nos prédios propriedade deste Município, nos termos previstos no n.º 1, alínea c) da cláusula 3.ª do Contrato-Programa, e alínea a) da cláusula 6.º da Escritura de Constituição do Direito de Superfície, bem como usar as mesmas, nos termos e condições que vier a contratar, desde que a utilização dos referidos prédios continue a ser efetuada nos termos e para os fins previstos nos contratos celebrados em 9 de novembro de 2004 (contrato programa) e 6 de setembro de 2019 (constituição do direito de superfície), que igualmente se anexam. Mais se refere que a presente autorização é condicionada ao período de vigência dos contratos referidos nos considerandos B) e D) da declaração, e demais condições ali fixadas, caducando automaticamente, sem necessidade de qualquer comunicação prévia para o efeito”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria**

Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo , Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----

7. CPE.20.21. DMOSM - Requalificação do Centro Cultural Dr. Francisco Sanches - Pedido de prorrogação de prazo. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a ratificação da decisão de aprovação da prorrogação de prazo por 45 dias, tomada pelo Sr. Presidente, em 03/03/2024, da empreitada identificada em epígrafe. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.”
Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenções dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo , Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----

8. CPE.16.22. DMOSM_ “EU JÁ PASSO AQUI – Requalificação da Av. da Liberdade”: Resposta ao pedido de reposição do equilíbrio financeiro. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, da empreitada identificada em epígrafe, a aprovação da indemnização pela prorrogação de prazo de 15 dias, relativa à manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos, no valor de 14.181,00€ + IVA, com vista à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do artigo 354º do CCP, de acordo com a análise constante da informação técnica do gestor do contrato, que se anexa e faz parte integrante desta proposta”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenção dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo , Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----**

9. Protocolo de colaboração entre o Regimento de Cavalaria nº 6 e a Câmara Municipal de Braga, para a vigilância dos espaços florestais de Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira - 2024. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a ratificação da celebração do Protocolo identificado em epígrafe, nos termos do previsto na alínea j) do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, de acordo com a possibilidade prevista no nº 3 do artigo 35º

da referida Lei e artigo 164º do Código de Procedimento Administrativo. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado ratificar por unanimidade** -----

10. **Protocolo de Cooperação a celebrar com a Associação Empresarial de Braga no âmbito dos apoios socioeducativos para criação do programa “Voucher- Educação para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do concelho de Braga”.** “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, e ao abrigo do disposto nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as seguintes propostas: **a)** Aprovação da manutenção do programa “Voucher-Educação” e das respetivas regras de funcionamento, constante da minuta de Protocolo de Cooperação; **b)** Aprovação/alocação ao mencionado programa da dotação de 230.000,00€ (duzentos e trinta mil euros), para o ano letivo de 2024/2025. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

11. **Proposta de adesão à Rede Europeia SITMUN.** “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de autorização para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 42.031,85€ + IVA, que incluem a decisão sobre os Erros & Omissões do projeto, supressão de trabalhos no valor de 2.139,85€ + IVA e aprovação da prorrogação de prazo por 30 dias e da minuta do aditamento ao contrato. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, abstenção dos Vereadores do PS, Diogo Rocha Cunha, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**-----

12. **Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo.** Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2023/2024: **a)** Associação de Atletismo de Braga; **b)** Merelinense Futebol Clube”. Tudo de acordo com os documentos constantes nos processos.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

13. **Contrato de Dinamização Cultural - Coro Académico da Universidade do Minho (C. A. U.M).** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, o Projeto de Regulamento do Programa Municipal Crescer Com Braga - Projeto As Minhas Primeiras Páginas, nos termos da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.”

Deliberado aprovar por unanimidade-----

14. Respostas Socioeducativas ao nível do fornecimento de Refeições Escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), destinadas às crianças da Educação Pré-escolar e aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Braga | Protocolos de Colaboração. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, da proposta identificada em epígrafe aprovar: **a)** A despesa no valor estimado de 3.876.000,00 euros, sendo 1.328.000,00 euros a suportar em 2024 e 2.548.000,00 euros relativos a 2025 referentes ao Fornecimento de Refeições Escolares e das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar para o ano letivo 2024/2025; **b)** A relação de entidades parceiras e respetivos serviços a prestar, de acordo com o descrito no quadro anexo; **c)** A celebração dos protocolos para o serviço de refeição escolar e Atividades de Animação e Apoio à Família os termos do previsto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. O Vereador, Vítor Rodrigues da CDU, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: *“Declaração de voto: Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 26-06-2024 da Câmara Municipal de Braga: Ponto 14. Respostas Socioeducativas - Refeições Escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), destinadas às crianças da Educação Pré-escolar e aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Braga | Protocolos de Colaboração. Neste ponto, foram apreciados vários documentos, entre os quais a Minuta do Protocolo de Apoio no âmbito da Ação Social Escolar para Fornecimento de Refeições Escolares. No entender da CDU, o fornecimento de refeições escolares no âmbito das AAAF deveria processar-se de igual forma por todas as crianças do concelho abrangidas, e não ficar a cargo das várias entidades que vão desenvolver esta resposta educativa. Deveria ainda esse fornecimento estar a cargo diretamente da Câmara Municipal de Braga, e das estruturas públicas para o efeito. Por estas razões, a CDU votou contra a proposta desta Minuta de Protocolo, votando a favor dos outros documentos propostos. O Vereador da CDU, Vítor Rodrigues”.* **Deliberado aprovar por unanimidade as alíneas b) e c).** **Deliberado aprovar aprovada por maioria, com o voto a favor com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Diogo Rocha Cunha, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e com o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues na alínea a) quanto às refeições escolares.** -----

15. Proposta de comparticipação na aquisição dos manuais escolares obrigatórios para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico – Ensino Privado do Concelho de Braga – ano letivo 2024/2025. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de comparticipação na

aquisição de manuais escolares obrigatórios para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico – Ensino Privado do concelho de Braga, para o ano letivo de 2024/2025, totalizando um valor estimado em 60.000,00€ (sessenta mil euros), nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 33º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com voto contra dos Vereadores do PS, Diogo Rocha Cunha, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.**-----

16. Contratos Interadministrativos de delegação de competências a Freguesias. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias **a)** União de Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede), para execução da obra denominada “Intervenções em várias ruas da Freguesia de Este S. Mamede (Rua Ladainha, Rua Fonte Cova)”, no valor de 2.435,35€. **b)** União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos, para execução da obra denominada “Repavimentação da Rua da Nora e Rua de São Brás – Merelim S. Pedro”, no valor de 60.764,50€. **c)** Junta de Freguesia de Esporões, para execução da obra denominada “Obras de conservação no ringue polivalente de Esporões”, no valor de 14.921,36€. **d)** União de Freguesias de Lomar e Arcos, para execução da obra denominada “Requalificação das escadas que ligam a Rua João de Castro à Rua Conde Aurora - Lomar”, no valor de 11.490,40€. **e)** União de Freguesias de Crespos e Pousada, para execução da obra denominada “Repavimentação Beco da Torrente – Crespos”, no valor de 20.341,40€. Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos”. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

17. Atribuição de apoios financeiros a freguesias. Presente a seguinte proposta: Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** Freguesia de Adaúfe, no valor de 21.915,50€ (vinte e um mil novecentos e quinze euros e cinquenta cêntimos), para apoio na melhoria das condições de acesso e estacionamento da Praia Fluvial de Adaúfe. **b)** Junta de Freguesia de Sequeira, no valor de 3 555,58€, para apoiar a “Requalificação do espaço ajardinado na envoltura do Fontanário dos Caleiros. Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos”. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia**

Municipal para aprovação-----

18. Atribuição de apoio financeiro a Entidades: Bolsa Social de Mérito para Ano Letivo 2024/2025.

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal proposta de atribuição de 15 Bolsas Sociais de Mérito para o ano letivo 2024/2025, no valor de 1.000,00 €/cada, no valor total de 15.000,00€ (parte F (Apoios Municipais) F-6/1º. e seguintes do CRMB. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade-----**

19. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de deferimento. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos dos nºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga, de acordo com o mapa em anexo”. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. -----**

20. Proposta de Elevação da Freguesia de Palmeira à Categoria de Vila. Presente a seguinte proposta:

“Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a Proposta de Elevação da Freguesia de Palmeira à Categoria de Vila, aprovada em Assembleia de Freguesia, da Freguesia de Palmeira, a 13 de Junho de 2024, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião datada de 6 de Junho de 2023, nos termos da leitura conjugada do n.º 1 do art.º 23.º, alíneas j) e k) do n.º 2 do art.º 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 8 n.º 3 da Lei n.º 24/2024, de 20 de fevereiro, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. A Vereadora do PS, Sílvia Sousa, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, o PS fez chegar a seguinte declaração de voto: *“Declaração de voto: Relativamente ao ponto 20 da ordem de trabalhos, da reunião do dia 26 de junho, Proposta de Elevação da Freguesia de Palmeira à Categoria de Vila, o Partido Socialista (PS) vota favoravelmente. Os vereadores do PS reveem-se, naturalmente, na democracia e na valorização de todos os órgãos locais e, como tal, não podem deixar de acompanhar as pretensões destes. O processo de passagem a vila é um processo que decorre necessariamente de uma vontade. É importante que essa vontade emergja de uma população, de uma ampla discussão, i.e., de uma população informada, mais do que de uma qualquer vaidade política de quem quer deixar “obra”. É importante que as pessoas, e aqui, em particular, as pessoas de Palmeira, tenham consciência do que está em cima da mesa. A passagem de Palmeira a vila, não altera o seu estatuto, no âmbito da administração pública, ou seja, continua a ser uma freguesia. Não estamos, portanto, a “elevar” Palmeira de freguesia a vila. Aliás, o próprio processo, nomeadamente, os seus requisitos, remete para essa tal vontade, obviamente, e para um conjunto de equipamentos/serviços que deverão existir no território, associado a uma população mínima. Assumindo a vontade, os critérios da população e dos equipamentos/serviços estão cumpridos, situação que resulta de todo um processo de desenvolvimento da freguesia enquanto tal, ou seja, de um*

desenvolvimento que o facto de ser uma localidade não obstaculizou. Assim, nesta fase, a sua passagem a vila é um processo meramente burocrático. Na pior das hipóteses, um instrumento de arremesso político, eleitoralista, portanto. Não é administrativo. E, formalmente, não tem impacto administrativo, na sua autonomia administrativa, no seu orçamento, nos seus recursos ou no bem-estar das suas gentes. Assim sendo, ficam as questões: qual a real motivação para esta alteração, agora? Uma alteração, note-se, que não consta de qualquer programa eleitoral. O que é que falta às gentes de Palmeira que uma designação de vila lhes vai proporcionar? Nos tempos em que vivemos, com uma cada vez maior tendência para populismos, extremismos, nacionalismos, individualismos, o que precisamos é de uma maior coesão territorial e esta, cremos nós, decorre da união do território, de um sentimento de pertença a algo maior, de uma solidariedade que não se constrói com fragmentações, ainda que informais. Este processo merecia outro nível de reflexão, outro nível de amadurecimento, outro nível de diálogo e de cooperação envolvendo as diferentes freguesias do concelho de Braga. Não é o ser vila que trará uma maior coesão a Palmeira. Palmeira tem de ambicionar essa coesão enquanto o território importante que já é, relevante e indispensável para o desenvolvimento de todo o concelho, de toda a região. Palmeira tem a sua identidade. Uma identidade que é construída com base no seu património, pelas suas gentes, pelas suas tradições. O passar a vila não deveria ser relevante para essa identidade. As pessoas de Palmeira são mais do que uma vila e não merecem ser iludidas. Braga, 26 de junho de 2024". **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

21. Plano Diretor de Iluminação Pública – Versão Final. Presente a seguinte proposta: Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a versão final do Plano Diretor de Iluminação Pública e dos Critérios de Projeto de Iluminação Pública, tudo de acordo com os documentos constantes do processo". **O Vereador Vítor Rodrigues**, da CDU, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: "*Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 26-06-2024 da Câmara Municipal de Braga. Ponto 21. Plano Diretor de Iluminação Pública – Versão Final. O relatório da discussão pública do Plano em apreço corroborou o essencial da apreciação da CDU aquando da abertura de procedimento para a aprovação deste Plano. Como afirmámos então, as soluções técnicas propostas não eram as melhores disponíveis, não indo tão longe quanto possível na redução da poluição luminosa, que afeta quer os munícipes, quer os ecossistemas e outros seres vivos na cidade e no concelho. Não obstante reconhecermos melhorias importantes em relação à situação atual, a CDU entende que estava ao alcance do município ir mais longe nesses critérios técnicos, nomeadamente, no que respeita à iluminação de vias e de espaços verdes. Tendo isto em conta, a CDU votou contra. O Vereador da CDU, Vítor Rodrigues*". **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Diogo Rocha Cunha, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e**

Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal aprovação.-----

22. Aprovação da ata em minuta. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- Iniciou o **cidadão Miguel Precioso**, que consentiu a divulgação dos seus dados pessoais indicando ter dois assuntos relacionados com a ordem de trabalhos da reunião. A primeira relacionada com atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Adaúfe, destinada à expansão do parque de estacionamento da praia fluvial onde afirmou não ter “nada contra Adaúfe”. Falou como cidadão da Freguesia de Palmeira interessado no benefício da mesma, para questionar o executivo quais os critérios usados para essa atribuição. Descreveu a praia fluvial de Palmeira, como “sobrelotada de pessoas principalmente ao fim de semana que nem espaço têm para pousar a toalha”, o estacionamento e o acesso “de terceiro mundo”, referindo ser também acesso a outras praias fluviais dando como exemplo a praia fluvial de Adaúfe. Indicou também que, a praia fluvial de Palmeira teria Bandeira Azul. De seguida, referiu o barulho que se sentia na freguesia, indicando que no seu entender e sendo uma praia de Bandeira Azul, deveria ser tranquila. Afirmou que, a existência de bares de apoio que funcionariam à noite seriam a causa do problema. Afirmou também, que no ano anterior não teria havido nenhuma responsabilização às queixas feitas pelo excesso de barulho. Pediu, a intervenção da câmara relativamente às licenças de ruído, para que as praias fluviais fossem locais aprazíveis de estar e não “discotecas ao ar livre”. Em resposta o **Presidente da Câmara**, e relativamente à questão das isenções de taxas, indicou que em todas reuniões de câmara existiam isenções para diversas operações solicitadas e que se nessa reunião não havia nenhuma para a Freguesia de Palmeira, em outras reuniões garantidamente que houve. Relativamente ao apoio financeiro atribuído à Freguesia de Adaúfe para o parque de estacionamento, lembrou que o município já teria contribuído com cento e quarenta mil euros para a construção do parque de estacionamento da praia fluvial de Palmeira. Por fim, em relação à questão colocado das queixas de ruído, referiu não terem queixas durante o dia, mas sim à noite e que nesse sentido através dos serviços de fiscalização e da GNR mobilizados para acompanhar esses processos, afirmando já terem sido levantados inúmeros autos de contraordenação e de sanção dos infratores. Referiu que, estaria a ser feito o que a lei lhes permitia fazer. Tomou a palavra a cidadã **Ana Isabel Antunes**, que consentiu a divulgação dos seus dados pessoais e que mencionou levar um assunto em nome dos moradores do prédio número trinta e nove, da rua Manuel Ferreira Araújo. Iniciou esclarecendo que no início do mês de junho

teriam sido confrontados com a instalação de “pilares de cimento nos acessos ao prédio”. Tentaram perceber o que se passava e souberam que o mandatário de bloqueio aos acessos do prédio, teria adquirido aquela parcela de terreno num leilão online e que estaria a delimitar a área que teria adquirido. Indicou, serem moradores antigos e que tinham visto construir o jardim de infância nas traseiras do prédio, e aquando desta construção foi assegurada a ligação até por uma questão de saída de emergência do próprio infantário, sendo feito um arruamento com ligação entre a frente e as traseiras do prédio, que segundo apuraram seria um terreno privado e penhorado, nunca assegurado pela câmara a passagem a domínio público. Afirmou de seguida, que na semana anterior o proprietário da parcela de terreno teria “fechado a rua” de acesso ao jardim de infância, vedando toda a área que lhe pertencia e com essa vedação teria fechado o acesso às garagens do prédio assim como, o acesso de uma ambulância à entrada do referido prédio para auxiliar uma “moradora idosa em cadeira de rodas” na deslocação diária para o centro de dia que frequenta. Afirmou, terem feito duas exposições à câmara e até à data na teriam obtido resposta. Esclareceu que teriam “dois pedregulhos” na saída principal do prédio onde existe também um portão, onde afirmou que dias antes a Proteção Civil teria aberto o acesso, por ser a saída de emergência do infantário. Questionou por fim o executivo, o porquê de a câmara nunca ter assegurado a passagem desta parcela de terreno a domínio público, de um “caminho” que serviria todos os moradores daquela rua, a quem se desloca ao campo desportivo existente nas traseiras, assim como, a todos os frequentadores diários do jardim de infância. Afirmou que, esse terreno seria um espaço verde com cerca de uma dezena de sobreiros, questionando a câmara se já teria tomado medidas depois do proprietário do terreno ter ameaçado cortar. Em resposta o **Presidente da Câmara**, esclareceu que não tinha sido num executivo liderado por si, quem construiu o jardim de infância, quem fez esse acesso ou quem licenciou esses prédios. Afirmou que, todos os executivos se deparavam com situações de decisões tomadas antes de assumirem os seus mandatos e que a margem de atuação deste executivo sobre esse tema, tem de se basear em questões jurídicas, administrativas e urbanística. O que retardou qualquer intervenção do município, teria sido o facto dos serviços municipais, durante as últimas semanas após terem sido confrontados com os alertas do proprietário do terreno, que “queria” vedar o espaço por ter havido uma apropriação indevida do mesmo por parte do município e exigindo uma compensação sobre essa matéria. Indicou que, os serviços municipais teriam recuado umas décadas no tempo, para conseguirem verificar se aquele processo de loteamento já teria ou não caducado e se os direitos que na altura lhes tinham sido conferidos eram ou não validos. Esclareceu que, caso fossem validos, o terreno onde o senhor teria colocado a vedação e restringido o acesso, seria terreno apto a construção e câmara municipal nada poderia fazer. Afirmou que, teria sido confirmada a caducidade desse loteamento e que efetivamente não havia capacidade construtiva. Indicou que, a câmara para além de questões administrativas, iria desencadear os procedimentos para transformar um espaço que seria privado para um espaço público nos moldes em que estava. Afirmou, só poderem atuar com ferramentas jurídicas que permitissem atuar, referindo que apenas tinham a Proteção Civil e por questões da Proteção Civil, conseguiram retirar alguns desses “pedregulhos”. Afirmou que, caso não houvesse essa prerrogativa, apenas com base na discussão da titularidade do terreno ou da sua capacidade urbanística, poderia

essa situação ser prolongar por tempo indeterminado. Afirmou por fim que, no momento, iria ser desencadeado um processo de aquisição do terreno para que fique disponível para usufruto público.-----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 20h15 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Anabela Vieira Ferreira, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

XIII MANDATO

ATA N.º 64/2024

Reunião Ordinária Pública de 08 de julho de 2024

Ao oitavo dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório da Junta de Freguesia da Sé, situado na Rua D. Afonso Henriques 1, Braga. realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Diogo Rocha Cunha** (PS) **Maria Helena Fernandes Teixeira** (PS) **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

---- Iniciou o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, onde informou que teve uma reunião com a Associação Empresarial de Braga (AEB) onde surgiu a necessidade de lançar, pelo Município em colaboração com a AEB, uma campanha de sensibilização, direcionada para os mais jovens, no sentido de combater os elevados consumos de álcool. Propôs, ainda e com urgência, a criação de um Gabinete de Saúde Mental ao pelouro da juventude, ideia já defendida em 2023, para ajudar a dar uma resposta preventiva sobre o consumo excessivo de álcool, o crescente consumo de drogas e a crescente utilização de jogos online. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Helena Teixeira**, que questionou sobre a execução do acordo do quadro para a qualificação das estradas municipais, nomeadamente, a estrada da marginal que liga Adáufe a Navarra, e mostrou interesse em saber quando será o início da intervenção. Em resposta, a

Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira, informou que a obra irá iniciar ainda este mês, mas que responderá à questão por escrito. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que iniciou a intervenção congratulando a inauguração de um novo quartel dos bombeiros voluntários e mostrou satisfação pelo diálogo tido com a oposição sobre este assunto para, em conjunto, darem apoio aos bombeiros. Prosseguiu para dizer que esta construção permite libertar uma zona muito central da cidade e criar condições de excelência para os bombeiros voluntários. Como segunda nota informou que o Presidente da Junta de Arcos, solicitou que houvesse a decisão de se manterem as quatro salas na escola de Arcos, e que a junta “estaria na disponibilidade de contratar uma sala módulo, porque têm uma pressão grande por parte dos pais para não terem turmas mistas”. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, para informar que este assunto está a ser estudado, uma vez que, é um assunto complexo e é uma escola que foi criada para ter duas salas. Quanto à colocação de uma sala módulo, obriga a que toda a estrutura que a escola tem, continue a sofrer pressão no que diz respeito às refeições, à ausência de espaços para salas de apoio e ausência de salas de professores. Afirmou, ainda, que há a necessidade de se criar outro tipo de estrutura para que as crianças possam ter a dignidade que merecem no dia a dia escolar. Terminou a intervenção ao esclarecer que “Neste momento, só temos 10 crianças inscritas para o primeiro ano. Vamos resolver nos próximos dias”. Como terceira nota, o **Vereador do PS, Artur Feio**, apelou a uma “maior equidade” na aplicação da taxa de resíduos e revelou que na sequência da visita à Associação Empresarial de Braga (AEB) percebeu ser necessário repensar os critérios de aplicação, afirmando que é “uma nota deixada por vários comerciantes, porque a taxa é cobrada em função da área do espaço, mas percebemos que grandes áreas não são necessariamente produtoras de resíduos em larga escala”. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio**, que explicou que este modelo tarifário sempre existiu na AGERE e que já foi equacionado em diálogo com a AEB a possibilidade de reformulação do modelo tarifário, mas na altura, entendeu-se que isso seria prejudicial para boa parte dos associados da AEB, dando o exemplo dos espaços comerciais ligados à restauração e cafetaria. De modo a mitigar esse impacto, para os serviços que não têm uma produção de resíduos tão significativa, houve uma redução de 40% das tarifas. Referiu que iria solicitar uma informação mais pormenorizada aos responsáveis da AGERE. Para terminar, o **Vereador do PS, Artur Feio**, abordou o sentimento coletivo de vários comerciantes pela forma como têm sido excluídos das principais festas promovidas pela autarquia, nomeadamente, pela entrega das vendas a empresas cervejeiras, explicando que as regras e a forma como isso é levado na prática, faz com que os comerciantes não se sintam integrados nas festas. Apelou para que a autarquia se torne mais próxima, e que se faça sentir que estas pessoas fazem parte da festa

e não apenas, meramente, para servir de meio para atingir o fim, justificando que são estes comerciantes que estão cá o ano inteiro e que são o suporte da nossa atividade comercial e política. De seguida, interveio o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que, como primeiro assunto, questionou sobre o relatório da Ribeira de S. Vitor explicando que é importante que esta questão fique esclarecida. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que informou que ainda não possuem o relatório final da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) de S. Vitor e relatou que o Vereador, João Rodrigues, se reuniu com os responsáveis da APA em Lisboa, mas o relatório ainda não chegou. Como segundo assunto, **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, falou da Rua Nova do Bico, uma rua onde conflui uma saída da Avenida António Macedo, que já tem uma passadeira perto desse acesso, mas que não está sinalizada da parte de quem sai da variante e, “é importante fazê-lo”. Explicou que nesta zona, quando se sai da via rápida, sai -se para a soleira da porta das casas das pessoas, o facto de só existirem passeios de um lado prejudica, principalmente, pessoas com mobilidade reduzida. Partilhou a opinião e afirmou que, olhando para o espaço, será possível requalificar a rua de forma a ter melhores condições. Como terceiro assunto, abordou o estado calamitoso dos passeios da Avenida António Macedo desde o desbaste das árvores, uma vez que, é um risco a utilização desses passeios devido aos desníveis, aos buracos e à quantidade de lixo que lá está, salientando, a responsabilidade das Infraestruturas de Portugal nesta matéria. Como quarto assunto, falou dos problemas da Rua Américo Rodrigues Barbosa, mais propriamente, da instalação do LIDL e do Burger King, pois existem muitas escolas perto e os alunos acabam por frequentar, sucessivamente, estes espaços comerciais, o que resulta em desconforto para os moradores, uma vez que, os alunos ocupam as entradas dos prédios e depositam o lixo no chão. Afirmou que este é um problema que tem de ser solucionado pela Câmara dado que a alteração do loteamento, com a construção destes espaços comerciais, é que levou aos transtornos já mencionados. Recomendou, ainda, a instalação de um equipamento social na rua, onde possam existir mesas e cadeiras para as pessoas fazerem as suas refeições. Relatou o facto do Burger King funcionar até às 07h00 da manhã, ao final de semana, o que impede o descanso dos moradores da área, devido aos barulhos causados pelos clientes do estabelecimento, e acrescentou a necessidade de instalação de sanitários exteriores para evitar os maus odores causados por quem urina nas imediações das habitações, pois o estabelecimento não tem casa de banho ativa para os clientes noturnos. Acrescentou alguns alertas, nomeadamente, para uma luminária fundida no início da Rua, para as passadeiras que estão com alguns desníveis, para a circulação de pesados que causa transtornos aos moradores, uma vez que chegam cedo e fazem barulho, e para uma luminária caída na outra extremidade da rua, sugerindo, por fim, uma intervenção [na rua]. Como último assunto, abordou as obras no Bairro das Andorinhas, e pediu uma

atualização do assunto onde questionou se as obras exteriores estarão completas até ao final do verão. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que houve, e há, atrasos no pagamento dos financiamentos por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) devido à incapacidade de responder a centenas de candidaturas que foram submetidas nos penúltimos meses por parte das câmaras municipais e de outros parceiros. Em termos de tramitação administrativa, explicou que o processo está muito moroso, mas que isso não tem condicionado a realização das obras, uma vez que a Bragahabit, com a colaboração da câmara e socorrendo-se de outros financiamentos, tem falado com os empreiteiros que estão envolvidos de modo a poderem prosseguir com as obras. Para finalizar, o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, em nome do partido, propôs **um voto de pesar** pelo falecimento do Coronel Rui Castro Guimarães, militar de abril e que residiu em Braga vários anos. Pelo Presidente da Câmara e em nome de todo o executivo, foi unânime o voto de pesar ao Coronel Rui Castro Guimarães. -----

----- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foram propostos os seguintes votos de louvor: -----

----- **Voto de Louvor** ao atleta do Sporting Clube de Braga, **Gabriel Figueiredo**, que conquistou o título de Campeão Nacional, na prova de 1.500m, no Campeonato Nacional de Juvenis, realizado no dia 07 de julho, em Beja. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **Voto de Louvor** ao atleta do Sporting Clube de Braga, **Afonso Gomes**, que conquistou o título de Campeão Nacional, na prova de 3.000m, no Campeonato Nacional de Juvenis, realizado no dia 07 de julho, em Beja. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **Voto de Louvor** à atleta do Sporting Clube de Braga, **Mariana Machado**, que conquistou o título de campeã Nacional, na prova de 5000m, realizada em Coimbra, a 30 de junho. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **Voto de Louvor** à equipa do Sporting Clube de Braga, composta pelas atletas **Vera Castro, Jerusa Semedo, Camila Gomes e Francisca Silva**, que se sagraram campeãs nacionais de estafetas em 4x400m, nos Campeonatos Nacionais de Atletismo, que se realizaram em Coimbra. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

---- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----

Para **conhecimento e informação**, foi presente o **resumo da tesouraria, referente ao dia 02 de julho de 2024**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. **Aprovação da ata n.º 62 da reunião ordinária da Câmara Municipal de 12 de junho de 2024.**
Deliberado aprovar por unanimidade. -----

2. **Alteração orçamental modificativa - Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2024 - TUB - Transportes Urbanos de Braga, EM.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proposta da alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos para o período de 2024-2028 aprovada pelo Conselho de Administração dos TUB. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que sublinhou que a presente solução da forma como vai ser adotada ficará aquém daquilo que se propõe, que é dar um contributo decisivo para a mobilidade na cidade e Concelho. Informou, que há algum tempo surgiu uma notícia que os bracarenses que se deslocam em viatura própria continuam a ser muitos e que aumentou o número de horas que passam ao volante referindo que as “soluções das quais se vai começar para além das características técnicas que pensávamos que poderiam ser outras são de duas linhas que partem do centro da cidade o que vai ter bastantes limitações relativamente àquilo que é o propósito final deste projeto.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS Artur Jorge Oliveira Feio, Diogo Rocha Cunha, Maria Helena Fernandes Teixeira, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

3. **Aceitação de doação da Leroy Merlim Braga.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, proposta de aceitação da doação de bens e utensílios ofertados pela

Leroy Merlim Braga ao Município através da Quinta Pedagógica – Centro de Formação e Experimentação Ambiental, conforme alínea d), do artigo 3º e alínea j), do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -

4. Proposta de atribuição de topónimo no Lugar da Torre – Quinta das Andorinhas da freguesia de São Vicente. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de topónimo a uma artéria, situada no Lugar da Torre, Quinta das Andorinhas, da freguesia de São Vicente: Atribuição de Topónimo - Artéria Proposta (A) - Rua Cónego Doutor José Marques - Início – Rua Doutor Manuel Braga da Cruz - Fim – Rua Nossa Senhora do Monte. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -

5. Proposta de Alteração de designação toponímica situada no Lugar da Agra de Cima ou Pedraltas em Tadim. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de alteração da designação toponímica para uma artéria situada no Lugar da Agra de Cima da freguesia de Tadim: Alteração da designação toponímica - De: Rua Doutor Domingos Braga da Cruz - Para: Avenida Doutor Domingos Braga da Cruz - Início – Rua 25 de Abril - Fim – Rua Luís de Camões. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

6. Proposta de Atribuição e prolongamento de topónimos na freguesia de Gualtar. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição e prolongamento dos seguintes topónimos na freguesia de Gualtar: - Atribuição de Topónimo a uma artéria (Artéria Proposta A) situada no Lugar das Sete Fontes - Prolongamento de topónimo (Artéria Proposta B) situada no Lugar de Vergadela e Lugar da Igreja ou Tomada do Monte - Atribuição de topónimo (Artéria Proposta C - Novo Edital - clarificação dos limites da artéria) inserida parcialmente no Lugar da Costa do Barreiro ou Bouça e no Lugar das Caixas de Água ou Carreiro do Tiro. Atribuição de Topónimo - Artéria Proposta (A) - Rua Doutora Maria Antónia Barbosa - Início – Rua do Monte de Baixo - Fim – Entroncamento da Rua do Bairro das Sete Fontes com a Rua Padre Casimiro (Bairro das Sete Fontes); Prolongamento de Topónimo - Artéria Proposta (B) - Rua da Igreja Velha - Início – Rua de São Brás Fim – Limite de freguesia com Adaúfe; Atribuição de Topónimo - Artéria Proposta (C) - Novo Edital - Rua das Caixas de Água - Início – Entroncamento da Rua Maria Delfina Gomes com a Rua Ana Luísa Pinto - Fim – Cruzamento da Rua Engenheiro Nuno Álvares Pereira com a Alameda Engenheiro Alberto Amorim e

a Rua do Bairro do Sol (Rotunda); Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.”

Deliberado aprovar por unanimidade.-----

7. Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano e Espaços Verdes do Município de Braga – 2ª Consulta Pública/audiência de interessados. Presente a seguinte proposta:

“Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta para a submissão do novo Projeto do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano e Espaços Verdes do Município de Braga, a novo período de consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo-se, para esse efeito, à sua publicação na II Série do Diário da República e no site institucional do Município, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no art.101º do CPA. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.**-----

8. Apoios Financeiros - Contratos de dinamização cultural. Presente a seguinte proposta:

“Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, propostas dos seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros à seguinte entidade, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga: **a)** CTB – Companhia de Teatro de Braga, no valor de 336.184,23€; **b)** Gaivotas d’Outono - Associação, no valor de 1.500,00€. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.**-----

9. Atribuição de apoio extraordinário à Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga para a construção de um novo quartel. Presente a seguinte proposta:

“Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, os termos do previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas o) e bbb) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a atribuição de um apoio extraordinário à Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga, no valor de 250.000,00 euros, com o objetivo de apoiar aquela associação na construção do novo quartel. O valor do apoio será libertado em tranches, de valor correspondente ao montante das despesas apresentadas, tendo como limite máximo anual o seguinte cronograma orçamental: a. 2024: 100.000,00 euros; b. 2025: 75.000,00 euros; c. 2026: 75.000,00 euros. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, para saudar a capacidade de iniciativa da associação dos

bombeiros voluntários na concretização da referida obra tendo em conta a importância desta associação para a cidade manifestando o seu agrado com a construção de um novo quartel. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

10. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de Deferimento. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, propostas de pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º. **b)** Da alínea **c)** n.º 1 do artigo H-2/5 - Taxa Municipal de Urbanização. **Deliberado aprovar por unanimidade e dar conhecimento à Assembleia Municipal.** -----

11. Regulamento para Realização da XXI Edição do Concurso Municipal de Fotografia (2024) – Normas. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de regulamento (normas) da XXI edição do concurso municipal de fotografia, subordinada ao tema “O Património Arquitetónico e Arqueológico Classificado do Município de Braga”, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

12. Propostas relativas ao evento “Noite Branca” – 2024. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, e de acordo com os documentos que constituem o processo, as seguintes propostas relativas à Noite Branca de Braga — 2024: a) Normas das Festas em Branco 2024; b) Programa de Hasta Pública | Exploração de Praças Alimentares no evento Noite Branca 2024; c) Programa de Hasta Pública | Exploração de contentores/quiosques de venda de bebidas no evento Noite Branca 2024. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Diogo Cunha**, para dar nota que “relativamente à última reunião de câmara voltamos à normalidade na comparação com aquilo que foram as festas de S. João, portanto, dar essa nota que está em conformidade naquilo que diz respeito à noite branca a antecipar o que aconteceu no S. João”. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS Artur Jorge Oliveira Feio, Diogo Rocha Cunha, Maria Helena Fernandes Teixeira, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e do**

Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----

13. Proposta relativa às normas de participação na Academia Sénior de Braga, Edição 2024/2025. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, de acordo com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proposta às Normas de Participação da Academia Sénior de Braga, Edição 2024/2025, e do custo/preço de inscrição a suportar pelos alunos, no montante de € 25,00 (Euros), salvo nos casos de pessoas em situações de comprovada carência económica. Tudo de acordo com os documentos contantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Diogo Rocha Cunha, Maria Helena Fernandes Teixeira, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa.**

14. Exposição da Obra «l’Il be your Mirror» de Joana Vasconcelos, no Mercado Municipal de Braga – Aceitação de Donativo. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, nos termos do estabelecido pela alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aceitação de um donativo, no valor de € 5.412,00, oferecido pela empresa SABSEG - Corretor de Seguros, S.A, sendo o mesmo aceite ao abrigo do mecenato, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º conjugado com o artigo 61.º do Decreto Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua redação atual, que aprovou o Estatuto dos Benefícios Fiscais, por reconhecer que o mesmo foi concedido sem qualquer contrapartida que configurasse obrigação de carácter pecuniário ou comercial e que sirvam o interesse público. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Diogo Rocha Cunha, Maria Helena Fernandes Teixeira, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

15. Aprovação da ata em minuta. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- Iniciou o **cidadão António Mendes** que consentiu com a divulgação dos seus dados pessoais e referiu as preocupações dos moradores da Rua Américo Rodrigues Barbosa com a instalação do Burger King e do Lidl. Referiu que a instalação do Burger King perto de zonas escolares é um convite para as crianças para uma alimentação não saudável. O horário alargado impede o descanso dos moradores, devido aos barulhos causados pelos clientes do estabelecimento. Acrescentou, que os maus cheiros causados pelos fumos da hamburgueria são incomodativos e nocivos para a saúde. Afirmou que o parecer técnico favorável à criação do Lote 1 era falso e a ideia que não prejudicava o estacionamento era falsa, não havendo estacionamento suficiente na rua. Falou das áreas verdes e de lazer que estavam previstas, explicando que há um novo loteamento que está a ser autorizado e que a área inicial para essa área verde já desapareceu, estando previsto que seja colocada no fosso do fundo da rua junto à via rápida, o que, na sua opinião, também não irá acontecer devido ao nó de Infias. Sugeriu de seguida, fiscalização na manutenção dos filtros da chaminé de extração de fumos do Burger King, limitação do horário do estabelecimento, instalação de sanitários exteriores, para evitar que os utentes do parque urinem junto aos prédios, uma vez que o estabelecimento não tem casa de banho ativa para os clientes noturnos ou, na impossibilidade dessa instalação, os clientes passarem a ter acesso aos WC em todo o horário, colocação de mais caixotes de lixo e limpeza mais frequente da rua, uma linha de árvores ao longo da rua e a colocação de lombas dissuasoras como as da Rua Regimento de Infantaria 8. Prosseguiu para falar do custo do arrendamento em Braga, dando o exemplo de muitos jovens que ainda vivem em quartos onde foram universitários, porque os ordenados que recebem não lhes permite arrendar casa, o que leva a uma menor oferta de quartos a preços acessíveis para novos estudantes. Continuou, com o tema do consumo de drogas nas zonas dos bares da Universidade do Minho onde afirmou que “ verifica-se um acesso muito facilitado a todo o tipo de drogas” referindo que os jovens são aliciados pelos baixos preços a que a droga é vendida o que afeta muitas famílias referindo que se justificava a intervenção da Câmara Municipal de Braga, da Universidade do Minho e das forças de segurança. Finalizou, para referir que em Braga não se vê uma política paisagística e que há poucas zonas verdes na cidade. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para informar que as sugestões do cidadão serão avaliadas pelos serviços, passando a palavra ao **Vereador da Coligação**

Juntos por Braga, João Rodrigues, que em resposta ao assunto da falta de estacionamento explicou que “todos os lugares de estacionamento sejam eles de utilização pública sejam eles de utilização privada existentes até ao momento são superiores às exigências do Plano de Diretor Municipal (PDM). Em relação à questão de que houve agravamento de estacionamento, frisou que não se faz uma apreciação subjetiva das condições do estacionamento, explicando que na altura o Vereador anterior fez uma avaliação bastante objetiva, uma vez que aquilo que os serviços diziam era que estava previsto uma supressão de 80 lugares de estacionamento, o que não aconteceu, só foram suprimidos 57 lugares, sublinhando que não ocorrem agravamentos relativamente ao estacionamento. -----

Tomou a palavra o **cidadão Carlos Dobreira** que consentiu com a divulgação dos seus dados pessoais e referiu como **primeiro assunto** os 4 anos já passados do abate de árvores na Avenida dos Lusíadas, que se deveu à construção de uma ciclovia naquela zona, que resultou numa avenida mais ensolarada, o que prova que a concretização de ciclovias à custa dos espaços verdes é um erro que não se deve repetir. Como **segundo assunto**, questionou se já foram instalados todos os oleões destinados ao Concelho de Braga ou se ainda há instalações a efetuar e quais as freguesias que possuem oleões informando que fez uma visita à Braval e deparou-se com um armazenamento de uma grande quantidade de oleões. Como **terceiro assunto**, falou das refeições nas cantinas das escolas para questionar quais as escolas em que as refeições vêm das empresas fora do Concelho de Braga. Como **quarto assunto**, opinou que a verba cedida aos bombeiros voluntários é insuficiente tendo em conta a realidade em que se vive, referindo ainda que há poucos sócios na instituição dos bombeiros voluntários. Em resposta ao quarto assunto tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que esclareceu que os Bombeiros Voluntários são uma entidade autónoma e que a Câmara entendeu prestar este apoio a título extraordinário, uma vez que não tem de subsidiar todas as instituições de Braga na concretização dos seus projetos. Para responder ao terceiro assunto tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, para explicar que a câmara não tem escolas que possa apontar como recetoras de refeições vindas fora do Concelho. O município tem 40 parceiros e cada um deles tem de cumprir os requisitos que estão colocados no protocolo, o que o município faz é monitorizar as refeições no que concerne à qualidade, temperatura e todos os requisitos ligados ao processo de contratação. “Não podemos exigir que as empresas sejam fornecedoras de Braga, porque isso viola o que a lei da contratação pública impõe”. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que em resposta ao segundo assunto referiu que os oleões são um projeto da Braval, que a mesma atua em 6 municípios, na altura foram atribuídos 100 oleões para os 6 municípios e que ficou

acordado entre os próprios municípios e a Braval que desses 100 oleões 50 seriam para Braga. Explicou, que todos os oleões que o cidadão viu na Braval poderão não ser todos para Braga e que de acordo com a informação que tem, dos 50 oleões foram colocados 20. Informou que a Braval tem uma recolha porta a porta para a colheita de óleo usado em casa de cada munícipe, não havendo motivo para os cidadãos deitarem óleos na banca ou sarjeta. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que em resposta ao primeiro assunto, informou que o número de árvores que foi subtraída foi muito inferior ao número de árvores que foi plantada, referindo que o balanço é positivo e que a ciclovia é muito utilizada e um equipamento muito útil para toda a cidade. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 10h40m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----